

RELATÓRIO SOBRE O SEMINÁRIO “**CARTOGRAFIA DA DIFERENÇA: A EXPERIÊNCIA DA PLATAFORMA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS**”, REALIZADO NOS DIAS 05 E 06 DE MAIO DE 2022, NO AUDITÓRIO JK DA PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA (PGR), MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF), BRASÍLIA

Stephen Grant Baines (representando a Associação Brasileira de Antropologia - ABA)

O Seminário “**CARTOGRAFIA DA DIFERENÇA: A EXPERIÊNCIA DA PLATAFORMA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS**” foi organizado pelo Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais da Universidade de Brasília (MESPT/UnB), em parceria com o 6a CCR/MPF, a GIZ e a Rede PCTs. Trata-se de uma atividade realizada no âmbito do projeto Plataforma de Territórios Tradicionais: Busca ativa de dados, liderado pelo MESPT com financiamento da Climate and Land Use Alliance (CLUA).

PROGRAMAÇÃO: 05/05/2022 MANHÃ

7h30 - 9h00 Credenciamento e Teste Covid

8h30 Mesa de abertura

Cristiane Portela (MESPT), Ana Tereza Reis da Silva (MESPT), Raíssa Ferreira (CLUA), Carlos Alberto Pinto dos Santos (CNPCT), Friederike Brinkmeier (GIZ), Sandra Akemi Shimada Kishi (MPF), Eliane Peres Torelly de Carvalho (6aCCR/MPF) Daniel Lobo (SSPEA/MPF)

9h Mesa 1 - A história e o estado da arte da plataforma de territórios tradicionais

Wilson Rocha Fernandes de Assis (MPF), Eduardo Henrique de Almeida Aguiar (MPF), Cláudia de Pinho (Rede PCTs), Kátia Castro Matteo (GIZ), Ana Carolina Lucas dos Santos de Albuquerque (MPF), Mediação: Saulo Pequeno (MESPT)

11h – Mesa 2 - Projeto PTT: busca ativa de dados

Wilson Rocha Fernandes de Assis (MPF), Ana Tereza Reis da Silva (MESPT), Saulo Pequeno (MESPT), Alessandro Roberto de Oliveira (MESPT), Stephanie Nasuti (MESPT), Sergio Sauer (MESPT), Mediação: Saulo Pequeno (MESPT)

05/05 TARDE

O PROTAGONISMO POLÍTICO E EPISTÊMICO DOS PCTS NA PRODUÇÃO DE DADOS IDENTIFICADORES DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

14h Mesa 1

Emerson Saw Munduruku (MESPT), Jeferson Pereira (MESPT), Silvana Bastos (Projeto Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática – ISPN),

16h **Mesa 2**

Célia Regina Nunes das Neves (Rede PCTs), Adriana de Souza Lima (Rede PCTs), Antonio Castrillon (Cartografia Social), Mediação: Stephanie Nasuti (MESPT)

06/05 MANHÃ

FORMAS DE CONFERIR VISIBILIDADE POSITIVA A POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: MAPEANDO ALTERNATIVAS

9h **Mesa 1**

Luciene Pohl (Formar Territórios Vivos - IEB), Kátia Favilla (Tô no Mapa - Rede Cerrado), Ane Alencar (Tô no Mapa - IPAM), Isabel Figueiredo (Tô no Mapa - ISPN), Mediação: Alessandro Roberto de Oliveira (MESPT)

11h **Mesa 2**

Taata Konmannanjy (Rede PCTs), Samuel Leite Caetano (Rede PCTS), Juliana Simões (TICCAS – SIPAM), Girolamo Domenico Treccani (Clínica de Direitos, UFPA), Mediação: Alessandro Roberto de Oliveira (MESPT)

06/05 TARDE

ANALISE DE CONJUNTURA: A DEMOCRACIA BRASILEIRA EM QUESTÃO E O FUTURO DA PTT

14h

Carlos Alberto Pinto dos Santos (Presidente do CNPCT), Alfredo Wagner Berno de Almeida (Cartografia Social), Débora Duprat (Subprocuradora-Geral da República aposentada), Mediação: Cláudia de Pinho (Rede PCTs)

17h Encerramento

RESUMO DO SEMINÁRIO:

O seminário reuniu entidades parceiras da Plataforma Territórios Tradicionais com os seguintes objetivos: 1) iniciativas voltadas para a produção e o cadastramento de dados identificadores de territórios tradicionais na Plataforma; 2) o protagonismo político-epistêmico de povos e comunidades tradicionais na gestão e governança da Plataforma, bem como na produção e cadastramento de dados; 3) projetos e metodologias inovadoras que podem oferecer importantes contribuições à Plataforma; 4) conjuntura política do país e perspectivas de futuro para a Plataforma.

Foi informado que, desde o início de abril de 2022, **sessenta e sete territórios habitados por povos e comunidades tradicionais do Brasil já estão catalogados de**

forma georreferenciada na Plataforma de Territórios Tradicionais, uma ferramenta colaborativa que busca incentivar os próprios integrantes a inserirem informações sobre os modos de ser e de viver de seus grupos. As comunidades cadastradas estão localizadas nos biomas Amazônia (20), Cerrado (18), Mata Atlântica (18), Caatinga (9), Pantanal (1) e Pampa (1). O número está crescendo, pois **informações sobre outros 162 territórios estão em processo de validação.**

A apresentação de dados foi realizada no dia 05/05, A plataforma faz parte do projeto Territórios Vivos, realizado pelo Ministério Público Federal (MPF), em parceria com o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e a Agência Alemã de Cooperação (GIZ). A maior parte dos dados inseridos na ferramenta, até o momento, é resultado do trabalho de pesquisa realizado pelo Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) da Universidade de Brasília (UnB), com o apoio da Clua (Climate and Land Use Alliance).

O sistema utiliza georreferenciamento para reunir e disponibilizar, de forma interativa, informações de diversas fontes sobre as áreas habitadas pelas populações tradicionais do Brasil, como localização, estimativas populacionais, imagens, dissertações, vídeos, e outros materiais. O objetivo é mapear a ocupação das áreas, bem como traçar diagnóstico das necessidades desses grupos. Conforme a diretora do projeto, procuradora regional da República Sandra Akemi Shimada Kishi, o plataforma propõe, de forma inovadora e diversificada, valorizar o direito à autodeclaração e à autodeterminação, por meio de um processo de construção colaborativa, em que cada um vai ter a responsabilidade e o dever de colocar o melhor, angariando o conhecimento que depositou para conformar todo o processo de defesa de interesses e direitos dos povos e comunidades tradicionais.

O diretor adjunto do projeto, o procurador da República Eduardo Henrique Aguiar, avaliou que um dos pontos mais importantes da iniciativa é o caráter participativo da plataforma. A ideia é que os próprios habitantes dos territórios tradicionais registrem informações no sistema sobre suas comunidades para, depois, serem validadas por membros de um Comitê Técnico (formado pelo CNPCT e por outras 16 instituições públicas e privadas ligadas ao tema). Depois, os dados seguem para análise do Conselho Gestor - composto por seis representantes de diferentes povos e comunidades tradicionais indicados pelo CNPCT e um integrante do MPF -, a quem cabe, por maioria simples, homologar a inclusão do grupo e a disponibilização dos conteúdos para consulta.

Os dados validados são classificados em dois tipos, os de visibilidade restrita - disponíveis apenas para procuradores do MPF que trabalham com a temática, integrantes do Conselho Gestor e do Comitê Técnico da plataforma - e os dados públicos, disponíveis a todos que acessam a plataforma. A segunda fase é a inserção de informações na base de dados e sua interoperabilidade com outros sistemas já existentes, o que vai permitir o cruzamento com dados sobre rodovias, ferrovias, recursos hídricos, qualidade de água, escolas e postos de saúde. O procurador da República Eduardo Henrique Aguiar ressaltou que isso permitirá que não só o Ministério Público Federal, mas os governos em nível municipal, estadual e federal, terão a condição de melhor trabalhar as políticas públicas e de melhor buscar a concretude dos direitos e garantias dos povos e comunidades tradicionais.

O procurador da República Wilson Rocha Fernandes de Assis, que representa o MPF no Conselho Gestor, chamou atenção para o fato de povos e comunidades tradicionais historicamente sofrerem com a expropriação de seus territórios, o que reflete o racismo arraigado na sociedade e evidencia o fechamento institucional para os saberes oriundos dessas populações. A ideia da plataforma é servir de instrumento para mudar esse quadro, ao jogar luz sobre os povos tradicionais para que políticas sejam desenvolvidas de acordo com o perfil e necessidade de cada grupo. Segundo o mesmo procurador da República, a Plataforma será uma ferramenta que trará como novidade a percepção de que não é apenas a demarcação que garante o território, visando avançar no processo de demarcação, que é o instrumento estatal de garantia dos direitos territoriais. Frisou que a demarcação pelo governo não é a única forma de reconhecimento desses territórios, pois as Terras Indígenas que não estão demarcadas continuam sendo terras indígenas, porque as pessoas estão lá e têm uma relação com esses territórios.

Este seminário representa uma continuação dos trabalhos da Plataforma de Territórios Tradicionais criada e inaugurada por iniciativa do MPF.